

**AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 439.128 - RS (2013/0392566-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : **M A G D A S**  
**ADVOGADO** : **JULIANO BARBOZA DA SILVA E OUTRO(S) - RS060301**  
**AGRAVADO** : **C R D M**  
**ADVOGADO** : **VERA LÚCIA MANFROI - RS031560**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo regimental (e-STJ fls. 630/633) interposto contra decisão desta relatoria que negou provimento ao agravo nos próprios autos, mantendo a inadmissibilidade do recurso especial.

Em suas razões, o agravante alega que os dispositivos legais apontados como violados foram devidamente prequestionados, inclusive por meio da oposição de embargos de declaração e no acórdão que julgou tal recurso.

Ao final, pede o provimento do recurso.

A agravada não apresentou contrarrazões (e-STJ fls. 647).

Em virtude das razões apresentadas pelo agravado, reconsidero a decisão de fls. 626/627 (e-STJ) e passo a novo exame do de agravo nos próprios autos (CPC, art. 544) interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial sob o fundamento de incidência da Súmula n. 7/STJ (e-STJ fls. 598/603).

O acórdão do TJRS está assim ementado (e-STJ fl. 532):

**APELAÇÃO. UNIÃO ESTÁVEL. PARTILHA.**

Cessa a eventual incomunicabilidade de valores oriundos de reclamatória trabalhista, quando tais valores são empregados, em plena vigência da união estável, na aquisição de bens para o casal (imóveis e veículos). Precedentes jurisprudenciais.

Não é possível reconhecer sub-rogação na aquisição de veículo, pela venda de outro veículo alegadamente exclusivo, mas sem absolutamente nenhuma prova documental a mostrar venda do bem alegadamente exclusivo, recebimento de valores pela venda, ou emprego efetivo de tais valores na aquisição do bem que se pretende seja reconhecido como sub-rogado.

Reconhecido e determinado pela sentença apenas quais são os bens comuns, tem-se por necessária a liquidação de sentença, para apurar de forma efetiva o valor dos bens. Inclusive porque determinada compensação parcial.

Não é viável determinar partilha de valores devidos a título de honorários advocatícios para profissional que atuou em outra ação, mas já pagos, em plena vigência da união, porque se presume tenha tal pagamento decorrido do esforço comum.

Multa imposta pela Receita Federal, por declaração de bens prestada de forma equivocada, é pessoal como toda e qualquer a pena; e portanto incomunicável.

viável a fixação de aluguel pelo uso exclusivo de coisa comum. Precedentes jurisprudenciais do STJ. E isso ainda mais especialmente no caso concreto, no qual o bem está em condomínio, e não em mancomunhão entre os litigantes.

**CONHECERAM EM PARTE DO APELO DA AUTORA E DERAM PARCIAL PROVIMENTO A AMBOS OS APELOS.**

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 558/563).

O recorrente, M. A. G. DA S., em sede de recurso especial fundamentado no art. 105, III, alínea "a", da CF (e-STJ fls. 786/790), aduziu violação dos arts. 1.661 e 1.659 do CC/02 alegando a incomunicabilidade dos bens adquiridos antes da união estável, bem como das quantias pleiteadas a título de indenização trabalhista.

A agravada não apresentou contraminuta (e-STJ fl. 617).

É o relatório.

O recurso especial foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Ao decidir sobre a partilha do imóvel, o TJRS assim se pronunciou (e-STJ fls. 537/538):

Para o caso concreto, importa muito mais o fato absolutamente certo e incontroverso de que os valores recebidos na reclamatória trabalhista foram utilizados na aquisição de bens para o casal, e em plena vigência da união estável.

E sendo assim, poder-se-ia tomar em consideração jurisprudência desta Corte, no sentido de que, ainda que na origem os valores utilizados nas aquisições pudessem ser exclusivos, os bens adquiridos com eles, em meio à união estável, são comuns.

(...)

Contudo o mais relevante para o presente vem no fato de que em relação ao imóvel, o próprio contrato de aquisição, bem assim o registro imobiliário, já trazem CINTIA como proprietária, o que denota aquisição conjunta, como bem sinalizou a sentença:

"Corroborar o fato de o contrato de compra e venda do imóvel ter sido entabulado por ambos, assim como registrado o bem (fls. 10/17), o que denota o nítido intuito do casal em adquirir -/o conjuntamente." (ti. 338, verso)

Aliás, como se verá com maiores detalhes mais adiante, tratando-se de bem imóvel adquirido, por ambos, através de contrato, e no qual o contrato está registrado perante o Registro de Imóveis em nome de ambos, já se pode até dizer que está resolvida a partilha de tal imóvel.

Com efeito, se ambos aparecem como proprietários do imóvel, então cada um tem direito a metade do bem. Tal como aparece no contrato registrado.

Por tudo isso, no ponto, o apelo vai desprovido.

Das razões do recurso especial, verifica-se que o agravante não impugnou o fundamento do acórdão recorrido de que a agravada é proprietária do imóvel, conforme consta da escritura pública, o que torna desnecessário o debate acerca da origem do valor recebido pelo agravante para que se proceda à partilha. Dessa forma, remanescendo não impugnado fundamento suficiente para a manutenção das conclusões do acórdão recorrido, incide a Súmula n. 283 do STF.

Quanto à suposta sub-rogação do valor de bem adquirido antes do período da união estável, decidiu a Corte local (e-STJ fls. 540/541):

Contudo, inviável acolher essa pretensão, na medida em que inexistem nos autos qualquer documentação atestando ou mostrando alegada sub-rogação, como bem referiu a

# *Superior Tribunal de Justiça*

sentença:

"No tangente à sub-rogação do automóvel Monza que possuía o demandado antes do início da convivência com a demandante, não demonstrada nos autos a cadeia sucessória da aquisição e forma de pagamento dos veículos até a compra da Blazer, automóvel possuído à época da dissolução da união estável, impondo-se a rejeição também desse pleito." (fl. 339)

Certo que a apelada CINTIA disse, no seu depoimento pessoal, que MARCO já possuía o Monza antes da união estável havida entre eles.

Contudo, tal afirmação não serve em absolutamente nada pára provar a alegada sub-rogação.

Vale a pena guardar atenção para o fato de que CINTIA disse apenas que MARCO possuía um Monza, antes da união estável.

Ela não disse que o Monza foi vendido, e nem disse qu1 o dinheiro da venda do Monza serviu como parte do pagamento de outro veículo.

Logo, o que disse CINTIA não pode ser tomado como prova para se chegar a conclusão de que (1) aquele carro MONZA foi vendido; (2) na eventualidade da venda, o quanto foi recebido pelo MONZA; e muito menos que (3) o eventual produto da venda do MONZA foi utilizado de fornha sucessiva, até chegar à aquisição do veículo GM/Blazer.

Nesse contexto, o acolhimento da pretensão do agravante demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, vedado em recurso especial, a teor da Súmula n. 7 do STJ.

Ante o exposto, RECONSIDERO a decisão de fls. 626/627 (e-STJ) e NEGÓ PROVIMENTO ao agravo nos próprios autos.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator